

A verdade sobre a grande mentira

Falta agora a decisão: deduzir ou não a acusação contra Trump? O que está em causa não é apenas saber se há ou não prova do crime, é saber qual a melhor forma de defender a democracia americana.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 27 de Julho de 2022

Meses a fio, [a Comissão 6 de Janeiro](#), comissão de inquérito do Congresso que investiga [o assalto ao Capitólio](#), trabalhou para descobrir a verdade sobre a grande mentira. A mentira de que a vitória de Biden tinha sido uma fraude e a eleição tinha sido roubada. A comissão consultou mais de 140 mil documentos e ouviu mais de mil testemunhas, entre elas, dois filhos de Trump e os seus colaboradores mais próximos. E, ao fim de oito audições, já não restam muitas dúvidas.

Primeiro, depois de recusar os resultados eleitorais e interpor 61 queixas contra a suposta [fraude eleitoral](#), Trump vê 60 decisões judiciais contrárias, mesmo dos juízes que ele próprio nomeara. Os conselheiros e advogados da Casa Branca aconselham-no a aceitar a derrota, mas ele continua a recusar. Numa reunião dia 18 de Dezembro, [entre insultos e gritos](#), afasta o seu *staff* institucional e só ouve um pequeno grupo privado de gente extremista que só lhe diz o que ele quer ouvir. O advogado Giuliani e o general Flynn estão entre os mais radicais.

Contra os seus conselheiros e amigos e, sabemos agora, contra a sua própria família, avança com o apoio destes radicais. No dia seguinte, lança o apelo à concentração em Washington DC para o dia 6 de Janeiro, dia em que, simbolicamente, o Congresso haveria de votar a confirmação dos resultados eleitorais. Ao seu estilo, no Twitter, dizia aos apoiantes: “Apareçam, vai ser uma loucura.” Não é preciso ser especialista para saber que o discurso do líder é a acção das massas. E, como é natural, os grupos extremistas de direita – [Proud Boys e Oath Keepers](#) – interpretaram-no como apelo à insurreição. Primeira conclusão: a mobilização e o incitamento vieram, pessoalmente, do próprio Presidente.

Segundo, soube-se depois da oitava audição que, no dia 6 de Janeiro, durante o assalto ao Capitólio, o ainda Presidente assistiu a tudo e em directo e se recusou a fazer [fosse o que fosse](#) para impedir a invasão. Foram testemunhos pessoais dos que partilharam esse momento e um vídeo surpreendente que mostrou os 187 minutos entre o apelo de Trump à multidão para que marchasse sobre o Capitólio e o gentil pedido para que voltasse a casa.

Durante o assalto, Trump sabia que a multidão estava armada e não só não fez nada para a deter, como insistiu para que a deixassem passar e solicitou que retirassem os detectores de metais para que pudesse passar sem demora. Sabia que os congressistas estavam ameaçados, que o seu próprio vice-presidente estava ameaçado, que eventualmente corriam risco de vida. Mais, sabia que o Congresso, símbolo da

democracia americana, estava a ser atacado e não tomou uma única iniciativa, não fez um único telefonema para o impedir. Segunda conclusão: é que não se tratou de um movimento espontâneo que escapou ao controlo das autoridades, tratou-se de uma conspiração sobre a fraude eleitoral que conduziu à insurreição. E que, do princípio ao fim, Trump esteve, sempre, no centro do processo.

Faltam ainda os relatórios finais, mas, do que já se sabe, dizem os juristas, há mais do que matéria para acusar criminalmente o antigo Presidente. E sob múltiplas evidências: traição, em primeiro lugar, porque na sua definição não precisa de ser consumada, mas apenas tentada; conspiração para defraudar os EUA, pelos vários esquemas para falsificar a eleição; abandono do dever, por se recusar a parar a invasão do Capitólio; obstrução aos procedimentos oficiais, pelas tentativas de bloquear a votação do Colégio Eleitoral; ou, pura e simplesmente, pelo incitamento à insurreição.

Falta agora a decisão: deduzir ou não a acusação? A Comissão pode fazer uma recomendação ao Departamento de Justiça, mas os procuradores federais podem, eles próprios, tomar a iniciativa. Se a questão fosse estritamente jurídica, a decisão era fácil: ninguém está acima da Lei, nem mesmo Donald Trump, e deveria ser acusado. Mas não é. Porque, sendo jurídica, tem profundas consequências políticas. Se não for acusado, Trump declarar-se-á inocente, cantará vitória e sairá politicamente reforçado. Se for acusado e declarado culpado, tornar-se-á um mártir, promoverá novas teorias da conspiração, mais ódio e violência e agravará a já grave clivagem social e polarização política.

O que está em causa nessa simples decisão não é apenas saber se há ou não prova do crime, é saber qual a melhor forma de defender a democracia americana. Não queria estar na pele de quem tem que decidir. Mas confesso que o que mais me espanta é como é que um homem só pode causar tanto Mal a um país inteiro.

<https://www.publico.pt/2022/07/27/opiniao/opiniao/verdade-mentira-2015119>